

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Político faz mal a FH

A pesquisa JB/Gerp que indica o baixo interesse do cidadão comum pela política combina perfeitamente com as pesquisas qualitativas, feitas em grupos específicos para avaliações mais profundas, que têm orientado o governo federal. As mais recentes encomendadas pelo Planalto mostram que quando Fernando Henrique Cardoso aparece em qualquer situação ligado a políticos registram-se desgastes à sua imagem.

O que vem à cabeça das pessoas é que ali, naquela relação, sempre há alguma negociação de natureza suspeita que ninguém nunca sabe direito o que é. E, nessas ocasiões, a confiança na figura presidencial sofre baixas.

Diante dessa constatação, no governo considera-se que, notadamente durante a campanha eleitoral, quanto menos o presidente aparecer rodeado de políticos, melhor. O que não quer dizer que adotará uma postura negativa em relação a eles, até porque profissionalmente faz parte da categoria, nem incentivará, no discurso, essa rejeição. Apenas, à medida do possível, manterá prudente distância.

A repulsa aos políticos é difusa, muitas vezes confusa e contraditória. Mas, como existe, deve ser considerada. Um exemplo claro desse sentimento nebuloso aparece na própria pesquisa publicada hoje. Enquanto 47% das pessoas apóiam com a afirmação de que "a política só é boa para os políticos, o povo passaria bem sem a política", 57% dos pesquisados também concordam que "a política é uma atividade necessária, pois não existe democracia sem política".

Há aí um evidente conflito de conceitos, mas como com o inconsciente coletivo não se brinca, há firme determinação no governo de trabalhar para descolar cada vez mais a figura do presidente da relação de negociação cotidiana com o Congresso.

Sinal nítido dessa decisão está embutido num dos sete pontos da agenda de trabalho que o Planalto adotará daqui até a posse do presidente eleito em 1998: as reformas constitucionais que mexem com a Previdência e a administração pública serão levadas em completo banho-maria até o final do primeiro turno da eleição, e assim o governo não se envolve na guerrilha diária das votações legislativas.

Se Fernando Henrique ganhar, rerepresenta imediatamente uma nova versão dessas duas emendas, muito mais reduzida que o texto que está em tramitação e cujas negociações causaram tantos problemas ligados às relações do presidente com o Congresso. Se a decisão ficar para o segundo turno, aí então será o momento de tentar a votação das reformas em suas versões enxutas.

A da Previdência seria limitada ao setor público e a administrativa reduzida a, no máximo, duas páginas de texto. A avaliação é que a esse Congresso de transição (os novos deputados e um terço dos senadores também só tomarão posse no início de 1999), enfraquecido, não sobrarão opção a não ser aprová-las. A análise pode até não se configurar correta quando esse momento chegar, mas é a que vigora hoje.

Os outros pontos da agenda são os seguintes em relação a atos de governo: manutenção da política econômica em primeiro lugar, implantação das políticas de infra-estrutura e conclusão das privatizações. No que diz respeito à campanha eleitoral, há outras três decisões: o presidente não deve dar demonstrações de que teme os adversários, precisa retardar o mais que puder o início da campanha e vai determinar que quem for trabalhar na estrutura eleitoral deverá deixar o governo.